

# ADOÇÃO TARDIA: UMA VISÃO COMPARATIVA\*

## LATE ADOPTION: A COMPARATIVE VISION

Surama Gusmão EBRAHIM<sup>1</sup>  
Universidade Federal da Paraíba

### RESUMO

*O objetivo do presente estudo era averiguar se surgem diferenças entre os adotantes que optam por adoções tardias e os que realizam adoções convencionais, no referente às suas escolhas, ao processo que atravessam e às conseqüências da adoção. A amostra consistiu de 82 sujeitos, sendo 27 adotantes tardios e 55 adotantes de bebês, submetidos a um questionário sobre adoção, elaborado com base na literatura sobre o tema e nos referenciais do instrumento de Weber (1997) para famílias adotivas. Os resultados obtidos foram analisados tomando-se como parâmetro o teste de qui-quadrado ( $\chi^2$ ), o que indicou ausência de diferenças significativas entre os dois grupos. No entanto, apareceram distinções em termos de freqüência de respostas, especialmente quanto ao receio na adoção de crianças provenientes de instituições, à vivência das crianças com outras famílias ou em instituições e ao processo de adaptação.*

**Palavras-chave:** adoção; abandono; institucionalização

### ABSTRACT

*The subject of the research was to investigate if some differences appeared among the adopters who opted for late adoption and these who make conventional adoptions, as far as their choices are concerned, to the process they go through and the consequences of the adoption. The sample consisted of 82, being 27 subjects late adopters and 55 babyadopters of they were submitted to a questionnaire about adoption,*

---

<sup>(\*)</sup> O presente artigo foi derivado da Dissertação de Mestrado, intitulada, *Adoção Tardia: Altruísmo, Maturidade e Estabilidade Emocional*, defendida na Universidade Federal da Paraíba no ano de 1999.

<sup>(1)</sup> Endereço para correspondência: Rua Noberto de Castro Nogueira, 505/302 - Bessa João Pessoa/PB  
CEP: 58036-080 Telefone: (0\*\*83) 246-3972 (0\*\*83) 984-1174 E-mail: Ebrahim@netwaybbs.com.br ou Surama@netwaybbs.com.br

*elaborated with baseed in the literature and in the instrument on Weber (1997) for adoptine families. The results were analysed, having as parameter the  $c^2$  test. They indicated the absence of the main differences between the two groups. However, some distinctions appear as terms of frequency of answers, especially regarding afraid in adopting children from institutions, the way of living of children with other families or in institutions and with the process of adoption.*

**Keys-word:** adoption; abandon; institucionalization.

A adoção não pode ser compreendida como um meio de resolver problemas sociais, como o abandono e a institucionalização, mas sim, como um direito de todo indivíduo a ter uma família, seja biológica ou adotiva. Sabe-se que as relações entre pais e filhos são essenciais para a formação da personalidade e a adaptação social do indivíduo, embora o fato de pertencer a uma família não assegure um desenvolvimento necessariamente mais adequado, promove condições que o favorecem. Assim, crianças sem famílias, abandonadas, institucionalizadas, sem figuras afetivas com quem possam estabelecer vínculos, interações estáveis, estão mais sujeitas a dificuldades em seu desenvolvimento, do que aquelas que têm um porto seguro onde ancorar.

A adoção deve ter como interesse maior o bem estar da criança, privilegiando o direito desta a ter uma família que a ame e a proteja. Isto quer dizer que o fundamental a defender são os direitos da criança, e não simplesmente o interesse do adulto. Para que haja a adoção são necessárias pessoas desejosas e capazes de tomar como filho uma criança alheia ao seu convívio familiar (Weber M.L., 1996).

Do ponto de vista do Direito, a inserção familiar de crianças mais velhas e/ou com necessidades especiais é mais complexa. Steinhauer (1992) considera que a aceitação pelos pais adotivos da história de vida e da herança biológica da criança, e o interesse desta em ser adotada determinam o sucesso da colocação.

A concretização da adoção, segundo Diniz (1994), depende da vivência da criança e dos motivos que a impossibilitaram de permanecer com a família de origem, assim como da tolerância e da capacidade de dedicação dos pais adotivos, que ora enfrentam problemas habituais, ora condições bastante estressantes. O fato da criança ser mais velha não é um elemento inviabilizador da adoção, e que, por si só, afaste a criança dos benefícios que a integração numa família adotiva pode representar.

Como colocam Weber L.N.D. e Kossobudzki (1996, p.154), "quando nós escolhemos amigos, quando nos apaixonamos, as pessoas também não vêm com uma história prévia?" Isso não impede que as relações cresçam e sejam prazerosas, e que ambos os lados superem as dificuldades e saiam lucrando.

Seguindo o pensamento das autoras, hoje em dia, muitas pessoas já estão se dispondo, dentro destes critérios, às adoções tardias, inter-raciais e de crianças com "necessidades especiais". Observa-se que crianças consideradas, anteriormente, de difícil colocação, estão sendo descobertas, cada vez em maior número, nas famílias adotivas.

A partir desta realidade, este trabalho objetivou realizar um estudo empírico acerca da adoção, mais especificamente, sobre a adoção tardia, que é uma alternativa para crianças maiores de dois anos, abandonadas por suas famílias de origem.

A pesquisa em questão pretendeu averiguar como se comportam os indivíduos diante da adoção, comparando aqueles que realizaram adoções convencionais (adoções de bebês) com os que optaram por adoções tardias (maiores de 2 anos).

Pretende-se contribuir, a partir deste estudo, com dados e informações que possam auxiliar na orientação da população em geral e dos candidatos à adoção.

Com um trabalho de mobilização, torna-se factível mudar as motivações dos candidatos, de bebês para a possibilidade de uma criança maior. A idéia é estimular o surgimento de novas vocações adotivas e criar formas de lidar com a infância abandonada (Freire, 1994).

Esclarecimentos acerca das etapas normais de desenvolvimento, dos problemas específicos da adoção, de diferenças naturais entre pais e filhos e dos conceitos contidos em todos esses aspectos, e profundamente arraigados nas pessoas, podem viabilizar adoções tardias.

## METODOLOGIA

### Sujeitos

Para edificar a amostra, como se trata de um estudo onde não há dados precisos sobre a população alvo, foi considerada uma amostragem não-probabilística, como a de voluntários, apesar das evidentes dificuldades relativas à representatividade da amostra.

O conjunto de sujeitos foi composto por 82 pessoas, sendo 27 adotantes tardios e 55 adotantes convencionais. Apenas os instrumentos respondidos pelas mães adotivas foram considerados na análise dos dados.

A pretensão inicial era de estudar tanto os pais adotivos quanto as mães adotivas, nas duas amostras, especialmente porque a literatura (Prowler, 1990) indica que muitos

adotantes tardios são homens solteiros, que realizam a adoção de crianças maiores com o intuito de constituir uma família. Porém, o número reduzido de instrumentos respondidos por indivíduos do sexo masculino impossibilitou esse tipo de avaliação.

### Instrumento

O instrumento de pesquisa constou de um questionário sobre adoção com questões abertas e fechadas (ver anexo).

O questionário foi organizado com base em leituras sobre adoção, e utilizando referenciais do instrumento de Weber L.N.D. (1997) para famílias adotivas.

### Procedimento

Os primeiros contatos, para a execução da pesquisa, foram estabelecidos especialmente com psicólogos e assistentes sociais que trabalham com a temática, ligados ou não a Grupos e Associações de Apoio à Adoção. Foi especificado em todos os contatos que os participantes do estudo não precisariam ser identificados e teriam todos os serviços de postagem pagos. Da mesma forma, foi enviada, juntamente com o instrumento da pesquisa, uma carta aos pais adotivos esclarecendo essas informações e definindo o objetivo da pesquisa, com o intuito de favorecer a sua participação.

Os instrumentos foram aplicados nos Estados de Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, São Paulo e Santa Catarina.

### Resultados

Os dados foram discutidos, prioritariamente, em termos de frequências de respostas.

Todas as análises estatísticas foram realizadas mediante a utilização do pacote estatístico SPSSWIN/PC+ 7.5 (*Statistical*

*Package for the Social Sciences - Personal Computer Windows Version 7.50*), e podem ser vistas mais detalhadamente a seguir.

Os primeiros resultados obtidos referem-se à participação dos adotantes em grupos de apoio à adoção, ao processo de preparação para a adoção e à preferência quanto à idade da criança a ser adotada.

Pelos resultados pôde-se ver que mais da metade dos adotantes tardios (53.8%), participantes da pesquisa, integravam grupos de apoio à adoção, enquanto apenas 46.3% dos adotantes convencionais estavam incorporados a algum grupo.

De acordo com os valores encontrados, os adotantes tardios (23.1%) passaram por uma maior orientação antes da adoção do que os adotantes convencionais (21.8%). Mesmo esta diferença, sendo bastante discreta, tendo sido isto talvez um elemento favorecedor para a realização destas adoções consideradas mais difíceis. No entanto, a preparação pode ter ocorrido, justamente, pela decisão das famílias em adotar crianças maiores, pois nestes casos considera-se necessário um melhor preparo dos pais adotivos para lidarem com as dificuldades inerentes a este tipo de adoção.

Todavia, a maioria esmagadora, tanto entre os adotantes tardios (76.9%) quanto entre os adotantes de bebês (78.2%), encontrava-se completamente despreparada.

Apesar de 48.1% dos adotantes convencionais não manifestarem predileções quanto à idade da criança a ser adotada, não houve preparação anterior que pudesse unir a falta de preferências com a adoção de crianças maiores.

O mesmo pôde ser visto em referência às características do adotado, onde uma parcela relativa dos adotantes não especificava ou determinava traços na criança que seriam impeditivos para a execução da adoção.

Entre os adotantes tardios, 52.2% não tinham qualquer preferência quanto às

características da criança a ser adotada, ou apenas especificavam a faixa etária desejada, com 28.6% dos adotantes querendo crianças com idade entre 2 e 5 anos.

Em relação aos adotantes convencionais, 22.8% não exibiam preferências, mas 36.4% almejavam adotar bebês, recém-nascidos ou com poucos meses de vida. Estes demonstraram receios em acolher crianças que viveram meses ou anos em uma instituição (37.7%).

Quando questionados quanto aos seus posicionamentos frente à adoção de crianças que viveram em instituições, os adotantes convencionais salientaram fatores negativos que comprometiam este tipo de adoção, enquanto que os adotantes tardios, em sua grande parte, enfatizaram elementos minimizadores diante de tal condição.

Entre os adotantes convencionais, que demonstraram receio em adotar crianças provenientes de instituições, 45% sentiam-se despreparados para lidar com esta situação diferenciada, ao passo que 25% acreditavam que adotar bebês facilitava o estabelecimento das relações familiares e 15% tinham medo da história de vida da criança e dos possíveis hábitos adquiridos.

Dos pais que realizaram adoções de bebês, mas que acreditavam ser possível adotar uma criança que viveu meses ou anos em uma instituição, 15.3% achavam que o amor e o carinho modificam qualquer condição e 12.2% sentiam-se preparados para lidar com as perdas e/ou as dificuldades dos filhos, e acreditavam que estas podiam ser vencidas.

Entre os adotantes tardios, onde 88.9% não tinham receio em adotar crianças institucionalizadas, 29.3% sentiam-se preparados para lidar com quaisquer situações e 25% julgavam que o amor supera todos os obstáculos. O fato da criança viver em instituições foi definido, por 20.8% da amostra, como um elemento de proteção e amparo, e não como um fator agravante para a adoção.

Em 53.8% das adoções tardias concretizadas, as crianças haviam vivido com outra(s) família(s), que não a biológica, antes da adoção, e 70.4% haviam vivido em alguma instituição, chegando a estas com uma idade média de 1 ano e 7 meses (D.P.=2,02), e permanecendo um tempo médio de 2 anos (D.P.=2,52) mas chegando até a 7 anos de internamento.

No caso das adoções de bebês, 16.3% haviam morado com outra família e 10.2% permanecido em instituições, anteriormente à adoção.

Nas adoções tardias, 35.8% dos pais adotivos descreveram estas experiências com as famílias como negativa, pois as crianças foram abandonadas, maltratadas ou negligenciadas pelas pessoas que as acolheram; 21.5% das crianças viveram com uma família amiga ou de apoio, enquanto era providenciada a adoção e 14.3% dos adotantes não tinham qualquer informação sobre a convivência anterior da criança. Nos outros casos, ocorreu uma adoção impulsiva que durou pouco tempo (7.1%), a família que cuidava da criança a entregou aos pais atuais porque estes estavam com seu irmão biológico (7.1%), a família buscava apenas em datas festivas (7.1%) ou a adoção foi considerada positiva, mas o vínculo foi rompido (7.1%).

Os adotantes convencionais, em 25% dos casos, não tinham qualquer informação sobre a história prévia da criança. Nos casos em que havia dados (37.5%), a criança viveu com uma família amiga (25%), que sempre pede notícias, pois a relação estabelecida foi de muito carinho, ou a mãe biológica entregou a uma família que não quis adotar (12.5%).

No entanto, mesmo com as dificuldades apresentadas, 50% dos adotantes tardios informaram não ter encontrado dificuldades na relação com o(a) filho(a), e dos que afirmaram ter tido dificuldades (50%), apenas 34.6% as atribuíram ao fato da criança ser adotiva.

Para os adotantes de bebês, em 89.1% dos casos não houve dificuldades de relação,

e dos que consideraram ter tido (10.9%), 8.7% admitiram a adoção como causa.

Quanto à adaptação, 53.3% dos adotantes tardios afirmaram ter se adaptado à criança entre dias e semanas, e 26.7% admitiram a adaptação dentro de meses, havendo apenas 6.7% que levaram anos para concluir a adaptação e 13.3% que não se adaptaram.

Os adotantes convencionais afirmaram a ocorrência da adaptação entre dias e semanas, em 90% dos casos, mas 5% consideraram a adaptação concluída após anos.

Estes resultados estão em acordo com a literatura existente sobre o tema, de uma maior dificuldade nas adoções tardias, devido à história de abandono e perdas destas crianças.

Não obstante, certos fatores podem auxiliar a família no processo de adaptação e integração da criança e favorecer um desenrolar positivo da adoção.

Tanto os adotantes convencionais quanto os adotantes tardios atribuíram o sucesso da adoção, em primeiro lugar, à atitude dos pais adotivos (84.3% e 88.5%), e, em seguida, ao apoio de amigos e familiares (47.1% e 30.8%).

Para o grupo dos adotantes tardios, a atitude dos pais adotivos (88.5%) era, com uma pequena diferença, um fator mais importante para a ocorrência do sucesso da adoção, do que para os adotantes convencionais (84.3%). Estes, por sua vez, valorizaram mais o apoio de amigos e familiares (47.1%) do que os adotantes tardios (30.8%).

A idade e a história de vida da criança foram outros fatores considerados para o sucesso da adoção.

Os adotantes de bebês chamaram a atenção para a idade da criança adotada (23.5%), enquanto os adotantes tardios valorizaram a história de vida da criança (23.1%).

## Discussão

Apesar de inexistirem trabalhos similares na área, que comparassem grupos de pais que realizaram adoções tardias e convencionais, a análise e discussão dos resultados buscou examinar os objetivos à luz de estudos e enfoques já estabelecidos. Procurou-se estabelecer relações entre os diferentes assuntos pesquisados, e como se segue, abordar comparativamente os dados levantados.

Em relação à participação dos adotantes em Grupos de Apoio à Adoção, os dados coletados não se mostraram determinantes, na medida que, mesmo que os adotantes tardios (53,8%) participassem mais efetivamente nestes grupos em comparação aos adotantes convencionais (46,3%), não foi possível definir se os grupos influenciaram nas escolhas dos adotantes ou se a participação nestes formalizou-se posteriormente à adoção, na tentativa de buscar ajuda e acompanhamento para estas adoções consideradas mais difíceis.

A respeito do mérito dos Grupos de Apoio à Adoção, Groze e Rosenthal (1991, apud Shireman, 1996) e Vargas (1998) salientam que o contato e a troca de experiências em grupos específicos de pais adotivos são tremendamente proveitosos, talvez porque, como fala Weber L.N.D. (1998), os grupos procuram minar os preconceitos e os mitos, entendendo que existe um outro tipo de filiação tão gratificante quanto a biológica.

Em referência à questão da orientação necessária aos adotantes, é importante frisar que, na amostra estudada, a quase totalidade dos adotantes tardios e dos adotantes convencionais não passou por qualquer preparo anterior à adoção, mesmo este sendo considerado de suma relevância por todos aqueles que lidam diretamente com o processo.

Beffa e Pocay (1997) acreditam na necessidade de uma preparação continuada com os postulantes e com os requerentes à

adoção. Isto se depreende de entrevistas com pais adotivos, que consideram fundamental o acompanhamento para o acolhimento da criança no novo meio familiar. Deve haver durante o procedimento da adoção e inclusive depois deste, orientação, de forma a conseguir “aparar as arestas” que são normais e que efetivamente ocorrem no curso da adoção.

Os pais devem ser acompanhados por profissionais que dêem suporte ao grupo familiar, que os orientem quanto ao processo e abram espaço para falarem dos tabus que envolvem a adoção (Vargas, op.cit.).

O preparo e a orientação podem ser decisivos nas formulações dos pedidos dos adotantes, sendo talvez capazes de alterar o quadro atual de um desejo generalizado por bebês.

Como salientaram os resultados, 48.1% dos adotantes convencionais não demonstraram preferências quanto à idade da criança a ser adotada e 22.8% não estabeleceram qualquer pré-requisito em relação às características da mesma. Ademais, 32% acreditavam não haver um limite de idade impeditivo para as adoções. Disto se depreende que, provavelmente, não houve um trabalho em favor das adoções tardias que procurasse mobilizar os adotantes convencionais em direção a esta forma de adoção, o que reforça sua necessidade.

Do mesmo modo, este acompanhamento pode desmistificar os preconceitos existentes quanto à adoção de crianças que viveram em instituições e favorecer as adoções tardias.

Dos adotantes convencionais pesquisados, 37.7% tinham receio de acolher uma criança que viveu em instituição, e destes, 45% sentiam-se despreparados para lidar com este tipo de situação e efetivar uma adoção.

Os adotantes convencionais apresentavam, assim como encontrado em pesquisas feitas com a população em geral (Weber L.N.D. & Cornélio, 1995; Weber L.N.D. & Gagno, 1995; Weber L.N.D., Cornélio, Gagno & Silva, 1994), reservas em concretizar a adoção de uma

criança mais velha e receio em acolher crianças provenientes de instituições. Portanto, se a pretensão é de promover um número maior de adoções tardias, estes conceitos precisam ser modificados, pois, das crianças componentes da amostra, adotadas quando maiores, 70.4% haviam permanecido em instituições e 53.8% tinham convivido com outra(s) família(s) que não a biológica, antes de serem adotadas pelos pais atuais, sendo esta vivência descrita como negativa por 35.8% dos adotantes.

No entanto, apesar destas condições, entre os adotantes tardios, a metade afirmou não ter tido dificuldades no estabelecimento das relações com o filho, e dos que indicaram problemas de adaptação (50%), apenas 34.6% as atribuíram ao fato da criança ser adotiva.

Tizard e Hodges (1978) enfatizam que os comportamentos subsequentes da criança são determinados pelas experiências posteriores à institucionalização, de forma que, provavelmente, as famílias em estudo que reportam a ausência de conflitos estão prontas para receber a criança e receptivas para atender as suas necessidades.

Como descreveram os adotantes tardios pesquisados, o período de adaptação deu-se dentro de dias ou semanas para 53.3% da amostra, o que pressupõe que as peculiaridades próprias das adoções efetivadas com crianças maiores de 2 anos não impedem que as relações familiares se processem adequadamente e se firmem sobre bases sólidas.

Mesmo que os resultados não sejam tão positivos quanto os encontrados nas adoções de bebês, onde 89.1% dos adotantes não informaram dificuldades de relação e 80% estavam adaptados em dias, isto podia ser justificado pela história de abandono e perdas destas crianças, o que de forma alguma trouxe obstáculos intransponíveis para o sucesso das adoções.

Conforme observa Ferreyra (1993), na adoção de crianças que ultrapassaram a

primeira infância, a adaptação, mesmo com os conflitos iniciais, completa-se bem. As dificuldades que aparecem comumente são devidas à inexperiência e à desinformação dos pais. Afora isto, a questão afetiva é também marcante e quando não se cria uma relação profunda entre pais e filhos, o risco de desestruturação é maior.

Frank (1990) alega que as crianças adotivas são inteiramente afetadas pela forma como seus pais sentem a adoção e como manejam a situação com elas. Logo, como menciona Dell'Antonio (1994), o modo com que os adotantes superam as problemáticas do núcleo familiar e aquelas referentes à adoção podem ter um valor prognóstico, mas são também características que devem ser descobertas e valorizadas nos pais adotivos.

As conseqüências da adoção baseiam-se em um complexo número de fatores e não há característica isolada que possa prever o resultado de uma colocação. Entretanto, Hersov (1990) frisa que a quantidade de informações anteriores à adoção é essencial e que as famílias não preparadas com antecedência têm dificuldades especiais no ajustamento da criança.

Deste modo, o suporte em torno dos adotantes é de valor fundamental, antes, durante e depois do processo adotivo, compreendendo, como expressam os pais adotivos, um elemento fundamental para a estruturação e manutenção do vínculo familiar. Os adotantes necessitam tanto do auxílio de pessoas especializadas, do poder judiciário e dos grupos de adoção, como daquelas que os cercam no convívio diário.

Os adotantes convencionais e os adotantes tardios, integrantes da pesquisa, definiram como essenciais para o êxito da adoção, a atitude dos pais adotivos (84,3% e 88,5%) seguido do apoio de amigos e familiares (47,1% e 30,8%). Em Gilligan (1996), similarmente, a clara maioria dos respondentes

vêm o auxílio de parentes e vizinhos como indispensável, e os julgam como aliados.

Rosenthal e Groze (1992, apud Shireman, 1996) sustentam que o amparo fornecido pela família extensa, pelos amigos e pelos vizinhos é ainda mais relevante para os pais adotivos solteiros do que para os casais.

Ninguém nasce sabendo ser *pai e mãe*, nas famílias biológicas ou adotivas, de forma que todos precisam aprender a executar os papéis que a vida impõe, sendo indispensável construir uma postura de compreensão e responsabilidade, contando com o apoio dos familiares e dos amigos, e quando necessário, com o auxílio de profissionais especializados, que ajudem a superar as dificuldades inerentes ao grupo familiar.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objetivo executar um estudo acerca da adoção tardia, comparando os grupos que realizaram adoções de bebês com aqueles que efetuaram adoções de crianças maiores, em busca de semelhanças ou distinções, especialmente em termos da participação em grupos de apoio à adoção, da preparação para a adoção, da preferência quanto à idade e às características da criança, do receio em adotar crianças institucionalizadas, da vivência do adotado em outras famílias e/ou em instituições, das dificuldades encontradas na adaptação, e dos elementos determinantes do sucesso da adoção.

Os resultados permitiram perceber certas diferenças nas duas amostras, especialmente quanto ao receio na adoção de crianças provenientes de instituições, à vivência das crianças com outras famílias ou em instituições e ao processo de adaptação.

Torna-se fundamental perceber, contudo, que a caracterização desta amostra tem suas restrições. A utilização de uma amostra de voluntários, como foi o caso da pesquisa, traz

evidentes dificuldades, principalmente ligadas à representatividade e, conseqüentemente, ao nível de generalização dos resultados, especialmente baseados em uma taxa de resposta de 38.75%. Os não-respondentes podem diferir consistentemente em aspectos cruciais dos atuais respondentes em termos de suas visões e experiências.

Todavia, esta pesquisa não poderia ser efetuada de outra forma, ou seja, a única maneira de dar continuidade ao trabalho e obter dados acerca das hipóteses levantadas era contar com a disponibilidade dos pais adotivos.

A intenção foi exploratória, logo, os achados não são apresentados como definitivos, mas oferecidos como uma contribuição para ajudar a clarificar aspectos relevantes sobre as adoções tardias, e mobilizar outros pesquisadores para novas linhas de investigações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEFFA, A. R. & Pocay, M. C. H. (1997). *Atuação do serviço social judiciário e a adoção tardia no fórum da comarca de Ourinhos*. Monografia de conclusão do curso de especialização em serviço social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
- DELL'ANTONIO, A. (1994). Seleção, preparação e apoio às famílias adotivas. In F. Freire (Ed.). *Abandono e Adoção: Contribuições para uma Cultura da Adoção II*. p.(134-141), Curitiba: Terre des hommes.
- DINIZ, J. S. (1994). Aspectos sociais e psicológicos da adoção. In F. Freire. (Ed.). *Abandono e Adoção: Contribuições para uma Cultura da Adoção II*. p.(105-120), Curitiba: Terre des hommes.
- FERREYRA, M. C. (1993). A Adoção de crianças maiores. *Boletim. A Adoção em Terre des Hommes*, 51(5).



- FRANK, E. M. S. W. (1990). Adoption and the stages of development: what parents can expect at different ages. *National Adoption Information Clearinghouse Factsheet*. Rockville, MS: Cygnus Corporation.
- FREIRE, F. (1994). *Abandono e Adoção: Contribuições para uma Cultura da Adoção II*. Curitiba: Terre des hommes.
- GILLIGAN, R. (1996). The foster carer experience in Ireland: findings from a postal survey. *Child: care, health and development*, 22(2), 85-98.
- HERSOV, L. (1990). The seventh Jack Tizard memorial lecture: aspects of adoption. *J. Child. Psychol. Psychiat.*, 4(31), 493-510.
- PROWLER, M. (1990). *Single parent adoption: what you need to know*. Washington, DC: National Adoption Center.
- SHIREMAN, J. F. (1996). Single parent adoptive homes. *Children and Youth Services Review*, 18(1-2), 23-36.
- STEINHAUER, P. D (1992). Adoção. In B. Garfinkel, G. Carlson & E. Weller (Eds.). *Transtornos Psiquiátricos na Infância e Adolescência*. p.(363-372). Porto Alegre: Artes Médicas.
- TIZARD, B. & Hodges, J.(1978). The effect of early institutional rearing on the development of eight year old children. *J. Child. Psychol. Psychiat*, 19, 99-118.
- VARGAS, M. M. (1998). *Adoção Tardia: da família sonhada à família possível*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- WEBER, L. N. D. (1997). O lado de dentro: sentimentos, desejos e expectativas de crianças institucionalizadas. *Comunicação apresentada no 2º Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção*, Itapetininga, São Paulo.
- WEBER, L.N.D. (1998). *Laços de Ternura*. Curitiba: Editora Santa Mônica.
- WEBER, M. L. (1996). *Resistência à adoção tardia: representações de projetos de vida familiar*. Monografia de conclusão de curso em Serviço Social, Universidade do Oeste de Santa Catarina.
- WEBER, L. N. D & Cornélio, S. A. (1995). Filhos adotivos: Amores ou Dissabores? *Caderno de resumos da 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, Vitória, 873.
- WEBER, L. N. D. & Gagno, A. P. (1995). Onde estão os vínculos afetivos das crianças institucionalizadas? *Caderno de resumos do X Congresso Latino-Americano de Psiquiatria da Infância e da Adolescência*, Curitiba, 25.
- WEBER, L. N. D., Gagno, A. P., Cornélio, S. A. & Silva, M. L. (1994). Adoção: pré-conceitos, conceitos e pós-conceitos. *Caderno de resumos da 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, Vitória, 854.
- WEBER, L. N. D. & Kossobudzki, L. H. M. (1993). Institucionalização e abandono de crianças no Paraná. *Revista de Ciências Humanas*, 2, 7-30.

## ANEXO

### - EXCERTO DO QUESTIONÁRIO SOBRE ADOÇÃO -

Universidade Federal da Paraíba  
Departamento de Psicologia  
Mestrado em Psicologia Social

#### INSTRUÇÕES

Prezado Senhor(a), esta é uma pesquisa que tem por objetivo obter esclarecimentos acerca das idéias em torno da adoção. Gostaríamos de sua cooperação no sentido de responder a este questionário, tão sinceramente quanto possível. Não tenha receio, pois o senhor(a) não precisa se identificar. Não há respostas certas ou erradas, porque cada um tem o direito de ter suas próprias opiniões.

O envelope que o(a) sr.(a) recebeu encontra-se endereçado e com o serviço de postagem pago, bastando apenas que o remeta pelo correio.

Antecipadamente, agradecemos a sua preciosa colaboração.

Qualquer esclarecimento a respeito deste estudo, o telefone da Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia da UFPB é (083) 216-7006.

Responsável pela pesquisa:  
Surama Gusmão Ebrahim

Responda às questões abaixo marcando um “x” na resposta que melhor represente a sua realidade. Caso responde “sim” a(s) pergunta(s), complemente a resposta na(s) questão(ões) seguinte(s).

1. Você participa de alguma associação ou grupo de apoio à adoção?  
Sim ( )                      Não ( )
2. Você já realizou alguma adoção convencional (adoção de bebês)?  
Sim ( )                      Não ( )
3. Se sim, quantas?
4. Você realizou alguma adoção tardia (adotou uma criança que tinha 2 ou mais anos de idade)?  
Sim ( )                      Não ( )
5. Se sim, quantas?
6. Você passou por alguma preparação/orientação antes da adoção?  
Sim ( )                      Não ( )
7. Existiu, durante o processo de adoção, preferência quanto à idade da criança?  
Sim ( )                      Não ( )
8. Havia preferências quanto às características da criança?  
Sim ( )                      Não ( )
9. Quais eram as características desejadas na criança a ser adotada? \_\_\_\_\_
10. Você teria medo de adotar uma criança que viveu meses ou anos em um orfanato?  
Sim ( )                      Não ( )
11. Por quê?
12. Seu(ua) filho(a) viveu com outra família (que não a biológica) antes de ser adotado(a) por você?  
Sim ( )                      Não ( )
13. Caso tenha vivido, como foi esta experiência? \_\_\_\_\_
14. Seu(ua) filho(a) viveu em alguma instituição antes de ir morar com você?  
Sim ( )                      Não ( )
15. Se sim, por quanto tempo? \_\_\_\_\_
16. Caso tenha vivido, com que idade chegou à instituição? \_\_\_\_\_
17. Você encontrou dificuldades na relação com seu(ua) filho(a) adotivo(a)?  
Sim ( )                      Não ( )
18. Caso tenha encontrado dificuldades, você as atribui ao fato dele(a) ser adotivo(a)  
Sim ( )                      Não ( )

19. Após quanto tempo, você e a criança estavam adaptados um ao outro?

- dias
- semanas
- meses
- anos
- não se adaptaram

20. O que você acha que determina o sucesso da adoção?

- a criança não saber que é adotiva
- o apoio de amigos e familiares
- a idade em que a criança é adotada
- a atitude dos pais adotivos
- o comportamento da criança, depois da adoção
- a história de vida da criança, antes da adoção
- outro. Qual?